

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	2
--------------------------------------------------------------------------------	---

## Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Demonstrações do valor adicionado.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti  
Contador CRC-1SP144343/O-3

Ezequiel Litvac  
Contador CRC-1SP249186/O-5

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.194	177.016	605.115	1.071.043
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	54.959	70.740
Clientes	9	-	-	162.733	151.651
Tributos a recuperar	10	36.451	14.847	63.049	36.576
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	11	12.558	14.372	222	-
Despesas antecipadas	12	3	16	6.490	6.865
Partes relacionadas	21	47	47	-	-
Outros créditos		2.809	3.871	30.132	30.003
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>64.062</b>	<b>210.169</b>	<b>922.700</b>	<b>1.366.878</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	645	10.805
Tributos diferidos	17.a	-	-	520.055	531.563
Depósitos judiciais	13	1.783	10.357	130.447	88.399
Outros créditos		-	-	14.893	10.302
Despesas antecipadas	12	-	-	240	290
Investimentos:					
Em controladas e coligadas	14	1.230.066	1.194.531	256.434	253.159
Ágio	14	943.184	969.668	-	-
Imobilizado	15	4.185	4.339	502.303	426.586
Intangível	16	385	94	4.354.153	3.812.786
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.179.603</b>	<b>2.178.989</b>	<b>5.779.170</b>	<b>5.133.890</b>

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.243.665</b>	<b>2.389.158</b>	<b>6.701.870</b>	<b>6.500.768</b>
-----------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		2.013	4.668	90.799	79.917
Empréstimos e financiamentos	19	497.435	290.762	740.600	571.533
Debêntures	20	-	-	206.960	264.076
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	112	304	29.240	30.906
Obrigações sociais e trabalhistas	26	11.387	7.332	63.879	53.451
Programa de recuperação fiscal - REFIS		-	-	122	2.232
Partes relacionadas - fornecedores	21	56	17	3.601	3.530
Obrigações com o poder concedente	24	-	-	20.618	20.454
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.b	-	-	37.160	13.111
Provisão para manutenção	22	-	-	66.827	49.932
Provisão para construção de obras futuras	23	-	-	7.832	9.519
Outras contas a pagar		1.957	13.850	7.248	67.198
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>512.960</b>	<b>316.933</b>	<b>1.274.886</b>	<b>1.165.859</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	276.891	218.482
Debêntures	20	-	-	2.961.456	2.646.532
Programa de recuperação fiscal - REFIS		-	-	-	6.597
Outras contas a pagar		10	-	31.124	20.251
Tributos diferidos	17. a	251	207	26.599	36.889
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	75	48	159.046	135.148
Provisão para manutenção	22	-	-	152.997	128.116
Provisão para construção de obras futuras	23	-	-	2.437	2.268
Obrigações com o poder concedente	24	-	-	32.248	42.597
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>336</b>	<b>255</b>	<b>3.642.798</b>	<b>3.236.880</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	28.a	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	28.c	155.342	131.747	155.342	131.747
Reserva de lucros - orçamento de capital	28.d	-	388.105	-	388.105
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	28.e	235.897	197.958	235.897	197.958
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	28.f	42.607	36.658	42.607	36.658
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		5.441	5.441	5.441	5.441
Ações em tesouraria	28.g	(29.467)	(8.488)	(29.467)	(8.488)
<b>ATRIBUÍDO À PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>		<b>1.730.369</b>	<b>2.071.970</b>	<b>1.730.369</b>	<b>2.071.970</b>
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	28.h	-	-	53.817	26.059
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.730.369</b>	<b>2.071.970</b>	<b>1.784.186</b>	<b>2.098.029</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.243.665</b>	<b>2.389.158</b>	<b>6.701.870</b>	<b>6.500.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	29	-	-	<b>2.937.001</b>	2.639.059
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	30	-	-	<b>(1.721.156)</b>	(1.346.606)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>1.215.845</b>	1.292.453
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	30	<b>(99.875)</b>	(76.377)	<b>(358.476)</b>	(365.104)
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	<b>371.463</b>	461.565	<b>(28.420)</b>	769
Juros sobre o capital próprio recebidos	14.a	-	21.880	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	14.a	<b>(26.484)</b>	(26.484)	-	-
Ganho sobre alienação de investimento	6	<b>274.067</b>	31.838	<b>274.067</b>	31.838
Outras receitas (despesas), líquidas		<b>(5.121)</b>	1.165	<b>6.402</b>	(300)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>514.050</b>	413.587	<b>1.109.418</b>	959.656
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	31	<b>13.233</b>	22.985	<b>127.645</b>	113.407
Despesas financeiras	31	<b>(34.944)</b>	(38.704)	<b>(520.155)</b>	(438.884)
		<b>(21.711)</b>	(15.719)	<b>(392.510)</b>	(325.477)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>492.339</b>	397.868	<b>716.908</b>	634.179
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	17.b	<b>(20.395)</b>	26	<b>(241.440)</b>	(212.625)
Diferidos	17.b	<b>(44)</b>	(44)	<b>(1.218)</b>	(22.042)
		<b>(20.439)</b>	(18)	<b>(242.658)</b>	(234.667)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
<b>ATRIBUÍVEL À:</b>					
Participação dos acionistas controladores		<b>471.900</b>	397.850	<b>471.900</b>	397.850
Participação dos acionistas não controladores		-	-	<b>2.350</b>	1.662
		<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO</b>	32	<b>0,85</b>	0,71		
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - DILUÍDO</b>	32	<b>0,84</b>	0,71		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>				
Acionistas da Companhia			<b>471.900</b>	397.850
Acionistas não controladores			<b>2.350</b>	1.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		1.320.549	31.867
Efeito da venda de participação a acionistas não controladores nas controladas		-	-
Alienação de participação de acionistas não controladores		-	5.441
Reversão de orçamento capital cfe AGOE de 25/04/2013		-	-
Opções de ações outorgadas reconhecidas	28.f	-	2.971
Plano de opção com base em ações	28.f	-	(1.005)
Ações em tesouraria adquiridas	28.g	-	(11.546)
Ações em tesouraria exercidas por diretores - plano de opções	28.g	-	5.883
Dividendos distribuídos (R\$0,46 por ação)	28.e	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	28.c	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,32 por ação)	28.e	-	-
Constituição para reserva de dividendos	28.e	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>		1.320.549	33.611
Efeito da venda de participação a acionistas não controladores nas controladas		-	-
Opções de ações outorgadas reconhecidas	28.f	-	5.949
Plano de opção com base em ações	28.f	-	-
Ações em tesouraria	28.g	-	(20.979)
Dividendos distribuídos (R\$0,87 por ação)	28.e	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	28.c	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,23 por ação)	28.e	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,14 por ação)		-	-
Constituição para reserva de dividendos	28.e	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		1.320.549	18.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA							
RESERVAS DE LUCROS							
Legal	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado	
111.855	65.268	578.037	-	2.107.576	17.911	2.125.487	
-	-	-	-	-	12.819	12.819	
-	-	-	-	5.441	-	5.441	
-	189.932	(189.932)	-	-	-	-	
-	-	-	-	2.971	40	3.011	
-	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)	
-	-	-	-	(11.546)	-	(11.546)	
-	-	-	-	5.883	-	5.883	
-	(255.200)	-	-	(255.200)	(6.373)	(261.573)	
-	-	-	397.850	397.850	1.662	399.512	
-	-	-	-	-	-	-	
19.892	-	-	(19.892)	-	-	-	
-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)	
-	197.958	-	(197.958)	-	-	-	
<b>131.747</b>	<b>197.958</b>	<b>388.105</b>	-	<b>2.071.970</b>	<b>26.059</b>	<b>2.098.029</b>	
-	-	-	-	-	<b>31.500</b>	<b>31.500</b>	
-	-	-	-	<b>5.949</b>	<b>103</b>	<b>6.052</b>	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	(20.979)	-	(20.979)	
-	(197.958)	(388.105)	-	(586.063)	(6.195)	(592.258)	
-	-	-	471.900	471.900	2.350	474.250	
-	-	-	-	-	-	-	
<b>23.595</b>	-	-	(23.595)	-	-	-	
-	-	-	(130.105)	(130.105)	-	(130.105)	
-	-	-	(82.303)	(82.303)	-	(82.303)	
-	235.897	-	(235.897)	-	-	-	
<b>155.342</b>	<b>235.897</b>	-	-	<b>1.730.369</b>	<b>53.817</b>	<b>1.784.186</b>	

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
<b>AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Depreciações e amortizações	644	607	308.957	236.631
Amortização de ágio	26.484	26.484	-	-
Capitalização de juros	-	-	(378)	(934)
Prêmio de opção com base em ações	3.652	1.908	5.949	2.971
Perda/baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	123	-	5.986	2.663
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	32.726	32.585	457.654	375.538
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	6.393	7.644
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	(12)	25.373	19.613
Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6	-	8.559	7.240
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	105.254	74.907
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	15.352	17.057
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(9.909)	(6.606)
Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa - PCLD	-	-	(1.527)	3.047
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos	(371.463)	(483.445)	28.420	(769)
Levantamento dos depósitos judiciais	8.934	-	10.136	1.610
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(360)	(742)	(9.886)	(6.571)
Tributos diferidos	44	44	1.218	22.042
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:</b>				
Clientes	-	-	(9.555)	(4.810)
Partes relacionadas - clientes	-	(10)	-	-
Tributos a recuperar	(21.604)	(1.035)	(26.473)	(8.396)
Despesas antecipadas	13	186	425	172
Pagamento de depósitos judiciais	-	-	(42.298)	(3.966)
Outros créditos	1.062	(3.661)	(4.720)	(8.712)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:</b>				
Fornecedores	(2.655)	4.116	10.882	22.866
Obrigações sociais e trabalhistas	4.055	(544)	10.428	10.938
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(192)	(64)	(1.666)	5.245
Partes relacionadas - fornecedores	39	17	71	(1.633)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(10.034)	(29.066)
Pagamentos de manutenção e construção de obras	-	-	(80.348)	(92.972)
Outras contas a pagar	(11.883)	3.571	(49.077)	3.345
Imposto de renda e contribuição social	-	-	24.049	(14.654)
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>141.546</b>	(22.145)	<b>1.253.485</b>	1.033.952

CONTINUA &gt;&gt;

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

CONTINUAÇÃO »

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	420.474	501.856	5.024	21.514
Aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	31.603	-
Investimento em controladas - venda de participação - vide Nota Explicativa nº 6	18.065	19.871	18.059	19.862
Pagamento de dividendos minoritários	-	-	(6.195)	(6.333)
Aquisição de imobilizado e intangível	(904)	(385)	(931.649)	(612.756)
Investimento em controladas - aportes de capital	(98.500)	(3)	(55.000)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>339.135</b>	<b>521.339</b>	<b>(938.158)</b>	<b>(577.713)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Comissão sobre notas promissórias	438	2.433	438	2.433
Obrigações com o poder concedente	-	-	(16.578)	(15.708)
Títulos e valores mobiliários	-	-	35.850	4.217
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-	-	656.181	1.014.731
Captação de notas promissórias	474.531	274.635	474.531	274.635
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(492.301)	(209.982)
Pagamento de notas promissórias	(275.000)	(550.000)	(275.000)	(550.000)
Pagamento de ações em tesouraria	(20.979)	(5.663)	(20.979)	(5.663)
Opções outorgadas	-	(1.005)	-	(1.005)
Programa de recuperação fiscal - refis	-	-	(8.707)	(1.663)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(798.471)	(435.200)	(798.471)	(435.200)
Juros pagos	(26.022)	(42.999)	(336.219)	(240.972)
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(645.503)</b>	<b>(757.799)</b>	<b>(781.255)</b>	<b>(164.177)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(164.822)</b>	<b>(258.605)</b>	<b>(465.928)</b>	<b>292.062</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>177.016</b>	<b>435.621</b>	<b>1.071.043</b>	<b>778.981</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.194</b>	<b>177.016</b>	<b>605.115</b>	<b>1.071.043</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(164.822)</b>	<b>(258.605)</b>	<b>(465.928)</b>	<b>292.062</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITAS</b>				
Com arrecadação de pedágio	-	-	<b>1.887.682</b>	1.689.156
Com construção	-	-	<b>713.563</b>	505.830
Portuárias	-	-	<b>508.346</b>	615.184
Acessórias	-	-	<b>62.605</b>	55.639
Outras receitas	-	-	<b>11.261</b>	3.000
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custo dos serviços prestados	-	-	<b>(1.137.524)</b>	(859.060)
<b>MATERIAIS, ENERGIA, SERVIÇOS DE TERCEIROS E OUTROS</b>	<b>(58.595)</b>	(49.617)	<b>(224.944)</b>	(278.382)
<b>VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(58.595)</b>	(49.617)	<b>1.820.989</b>	1.731.367
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(644)</b>	(607)	<b>(308.957)</b>	(236.631)
<b>AMORTIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(26.484)</b>	(26.484)	-	-
<b>VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>(85.723)</b>	(76.708)	<b>1.512.032</b>	1.494.736
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras	<b>13.233</b>	22.985	<b>127.645</b>	113.407
Resultado de equivalência patrimonial	<b>371.463</b>	483.445	<b>(28.420)</b>	769
<b>OUTROS</b>	<b>274.067</b>	31.838	<b>274.067</b>	31.838
	<b>658.763</b>	538.268	<b>373.292</b>	146.014
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>573.040</b>	461.560	<b>1.885.324</b>	1.640.750
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>573.040</b>	461.560	<b>1.885.324</b>	1.640.750
<b>PESSOAL</b>	<b>43.554</b>	22.890	<b>373.440</b>	313.125
Remuneração direta	<b>40.222</b>	20.344	<b>288.947</b>	236.687
Benefícios	<b>1.713</b>	1.719	<b>67.494</b>	57.472
FGTS	<b>1.619</b>	827	<b>16.999</b>	18.966
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>20.439</b>	18	<b>488.904</b>	464.344
Federais	<b>20.439</b>	18	<b>372.083</b>	354.908
Estaduais	-	-	<b>168</b>	294
Municipais	-	-	<b>116.653</b>	109.142

CONTINUA »

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais - R\$)

CONTINUAÇÃO »

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>37.147</b>	40.802	<b>548.730</b>	463.769
Juros	<b>32.726</b>	32.585	<b>317.969</b>	272.934
Aluguéis	<b>2.203</b>	2.098	<b>28.575</b>	24.885
Outros efeitos financeiros	<b>2.218</b>	6.119	<b>202.186</b>	165.950
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>471.900</b>	397.850	<b>474.250</b>	399.512
Dividendos	<b>130.105</b>	180.000	<b>130.105</b>	180.000
Participação dos acionistas não controladores	-	-	<b>2.350</b>	1.662
Reserva legal	<b>23.595</b>	19.892	<b>23.595</b>	19.892
Juros sobre o capital próprio	<b>82.303</b>	-	<b>82.303</b>	-
Constituição para reserva de dividendos	<b>235.897</b>	197.958	<b>235.897</b>	197.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

### Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações

emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

#### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2014 não existiam instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

## 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

*Joint venture* é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>CONTROLADAS DIRETAS:</b>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100,00%	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58,00%	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Ecoporto Santos S.A.	100,00%	100,00%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00%	100,00%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	100,00%	100,00%	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO:</b>			
Elog S.A.	<b>80,00%</b>	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	11,41%	Opera com serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre.
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>20,00%</b>	-	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>CONTROLADAS INDIRETAS:</b>			
<b>Controlada EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.</b>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	<b>100,00%</b>	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	<b>90,00%</b>	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
<b>Controlada Elog S.A.:</b>			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	<b>80,00%</b>	80,00%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
ELG-01 Participações Ltda.	<b>80,00%</b>	80,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Elog Logística Sul Ltda.	<b>80,00%</b>	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços especificados de logística.
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	<b>80,00%</b>	80,00%	Empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais.
Paquetá Participações Ltda.	<b>80,00%</b>	80,00%	Administração de bens próprios.



### 2.3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

- (I) **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**  
Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até outubro de 2025.
- (II) **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**  
Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até junho de 2039.
- (III) **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**  
Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até novembro de 2021.
- (IV) **Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas**  
Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo estado. O prazo de duração do contrato concessão é 13 de novembro de 2021. A concessão foi contabilizada como ativo intangível

- (V) **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul**  
Explora as seguintes rodovias e trechos:

RODOVIA	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

- (VI) **ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**  
Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

- (VII) **Ecoporto Santos S.A.**  
A Ecoporto Santos S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97

da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. O prazo contratual é de 25 anos, o qual se encerra em 12 de junho de 2023, renováveis por mais 25 anos, tomando a premissa pela renovação, o contrato de concessão será extinto em 2048.

#### 2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

#### a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

#### b) Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

##### ▪ Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

##### ▪ Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Em 31 de dezembro de 2014 não existem ativos financeiros a valor justo.

**Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

**(ii) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**▪ Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**▪ Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do

balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

**Desreconhecimento (baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**(iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

**Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

**Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

#### f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### g) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

#### h) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de Investimento - Exceções a Regra de Consolidação	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	A Administração do Grupo avaliou os impactos da alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados à combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.	A Administração do Grupo avaliou os impactos da alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos Entre um Investidor e Associado ou <i>Joint Venture</i> (Negócio em Conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

## (iii) Alterações de pronunciamentos já existentes:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de Offset às Demonstrações Financeiras Condensadas	A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 7 - Contratos de Serviços	Contratos de serviços geralmente atende à definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 5 - Reclassificação de Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Mantido para Distribuição aos Sócios/Acionistas	Esclarece-se, através da emissão de guidance, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais ao critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 5 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - Taxa de Desconto	Em um mercado ativo composto por diferentes países, com moeda funcional comum, a determinação da taxa de desconto deve ser feita com base em títulos de baixo risco do país, não no nível da moeda funcional. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 19 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de Informações “em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias”	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 34 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.



#### 4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

##### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

##### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

##### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

##### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas

utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa

nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 7,21% e 12,20% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 24.

## 5. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço patrimonial	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	428.020	(1.434)	426.586
Intangível	3.811.352	1.434	3.812.786
	4.239.372	-	4.239.372

## 6. VENDA DE PARTICIPAÇÃO

Em 05 de agosto de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampra Participações Ltda., afiliada Raízen Combustíveis, para venda de 10% das ações que detêm na STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da prévia autorização do Conselho de Defesa Econômica - CADE, o qual foi concluído em 03 de outubro de 2013. O valor do ganho na venda do investimento (R\$31.838) encontra-se registrado na rubrica "Ganho sobre alienação de investimento" da demonstração do resultado.

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da Serviços de Tecnologia de Pagamentos - STP (11,41%), para a Freelane I, LLC e Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI. L.P. e sua afiliada CGPEVI, L.P., pelo valor total de R\$292.127 (R\$291.016 líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes dessa operação.



A seguir, a Companhia apresenta as principais informações desse investimento na visão de 100% de suas operações registradas até fevereiro de 2014.

CONTAS	STP
	28/02/2014
Ativo circulante	887.257
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	159.360
<b>Total do ativo</b>	1.046.617
Passivo circulante	885.766
Passivo não circulante	2.577
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	158.274
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	1.046.617
Receita líquida	106.319
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	(30.990)
Lucro bruto	75.329
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	(24.952)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.377
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	2.121
Lucro operacional antes dos impostos	52.498
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	34.102
Atribuível a:	
Companhia	3.891
Outros acionistas	30.211

Os efeitos da venda desta participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	20/03/2014
<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	210.868
Clientes	673.085
Tributos a recuperar	1.323
Despesas antecipadas	710
Outros créditos	1.271
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	887.257
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Depósitos judiciais	631
Tributos diferidos	6.161
Imobilizado e intangível	152.568
<b>Total do ativo não circulante</b>	159.360
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	1.046.617
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	
Fornecedores	783.111
Impostos e contribuições a recolher	5.451
Dividendos a pagar	59.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.261
Outras contas a pagar	25.294
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	885.766
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.471
Outras contas a pagar	106
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	2.577
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	158.274
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	1.046.617
<b>Participação - 11,41% sobre o patrimônio líquido</b>	18.059
<b>Valor total da venda</b>	292.126
<b>GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO</b>	274.067

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na rubrica "Ganho sobre alienação de investimento" da demonstração do resultado.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações:

(i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$50 por perda individual e limite máximo

de 20% (vinte por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 100% (cem por cento) do preço de aquisição;

(ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos;

(iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras, o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em

um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	<b>143</b>	101	<b>25.618</b>	19.099
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	<b>11.671</b>	176.787	<b>563.589</b>	1.010.792
Compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<b>380</b>	128	<b>15.908</b>	41.152
	<b>12.194</b>	177.016	<b>605.115</b>	1.071.043

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira do Fundo de investimentos era composta por 17,04% em Certificado

de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira (LF). As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos não vinculados se referem, substancialmente, às aplicações financeiras compromissadas, remuneradas a taxa média ponderada de 96,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$15.908 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2013).

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
CDBs (a)	-	18.249
Fundo de investimento (a)	<b>53.165</b>	52.491
Poupança (b)	<b>2.439</b>	10.805
	<b>55.604</b>	81.545
Circulante	<b>54.959</b>	70.740
Não circulante	<b>645</b>	10.805

(a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estar vinculada no processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 20). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

## 9. CLIENTES

A composição está assim representada:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Nacional (a)	<b>157.517</b>	145.034
Internacional (b)	<b>8.975</b>	11.903
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (c)	<b>(3.759)</b>	(5.286)
	<b>162.733</b>	151.651

(a) Representados, substancialmente, por pedágio eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos por clientes de portos, e outros serviços.

(b) Representados, substancialmente, por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
<b>A VENCER</b>	<b>158.314</b>	148.029
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>2.165</b>	2.832
De 31 a 90 dias	<b>1.630</b>	790
Acima de 90 dias	<b>624</b>	5.286
Acima de 120 dias	<b>3.759</b>	-
	<b>166.492</b>	156.937



## 12. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$6.730, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.155 em 31 de dezembro de 2013), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 36.

## 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>10.357</b>	9.616	<b>88.399</b>	79.472
Adições (*)	-	-	<b>42.298</b>	3.966
Baixas	<b>(8.934)</b>	-	<b>(10.136)</b>	(1.610)
Atualização monetária	<b>360</b>	741	<b>9.886</b>	6.571
<b>SALDO FINAL</b>	<b>1.783</b>	10.357	<b>130.447</b>	88.399

(\*) Verificar Nota Explicativa nº 27.a.

## 14. INVESTIMENTOS

### a) Controladora

	VALORES DAS INVESTIDAS 31/12/2014	
	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Elog S.A.	251.578	(40.930)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	805.177	396.593
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	34.106
EIL 02 S.A.	1	-
EIL 03 S.A.	1	-
EIL 04 S.A.	1	-
EIL-01 Participações Ltda.	273	19
Ecoporto Santos S.A.	26.860	(7.859)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.186	16.388
Ecoporto Transporte Ltda.	7.424	(1.154)
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	121.722	(7.648)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	275.865	2.165
Lucros não realizados	-	-

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DIRETA - %		INVESTIMENTO		EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>80</b>	80	<b>201.262</b>	234.006	<b>(32.744)</b>	(20.926)
<b>100</b>	100	<b>805.177</b>	803.480	<b>396.593</b>	442.604
-	11,41	-	19.153	<b>3.891</b>	21.695
<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
<b>100</b>	100	<b>273</b>	254	<b>19</b>	253
<b>100</b>	100	<b>26.860</b>	34.225	<b>(7.859)</b>	21.490
<b>100</b>	100	<b>70.185</b>	70.639	<b>16.388</b>	17.962
<b>100</b>	100	<b>7.424</b>	8.578	<b>(1.154)</b>	15.200
<b>58</b>	58	<b>70.599</b>	31.414	<b>(4.436)</b>	(14.633)
<b>20</b>	-	<b>55.172</b>	-	<b>433</b>	-
-	-	<b>(6.889)</b>	(7.221)	<b>332</b>	(200)
		<b>1.230.066</b>	1.194.531	<b>371.463</b>	483.445

	ATIVO	
	Ativo circulante	Ativo não circulante
<b>CONTROLADAS DIRETAS:</b>		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	383.514	1.327.888
EIL01 Participações S.A.	274	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	51.022	284.831
EIL02 S.A.	1	-
EIL03 S.A.	-	-
EIL04 S.A.	-	-
Ecoporto Santos S.A.	62.942	770.037
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	39.492	53.389
Ecoporto Transporte Ltda.	8.832	7.475
<b>CONTROLADAS INDIRETAS:</b>		
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	125.972	1.491.053
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	164.953	1.073.667
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	15.295	194.056
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	30.255	433.324
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	23.051	194.000
Via Elog S.A.:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	14.602	137.139
ELG-01 Participações Ltda.	2	53.464
Elog Logística Sul Ltda.	14.342	46.077
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	207	53.472
Paquetá Participações Ltda.	-	11.000
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO:</b>		
Elog S.A.	59.503	563.948
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	279.409	-



PASSIVO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				ATRIBUÍVEL A:		
Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	Companhia	Outros Acionistas (Minoritários)	
37.759	868.466	805.177	178.565	50.731	404.215	396.593	396.593	-	
1	-	273	-	-	25	19	19	-	
208.737	5.392	121.722	290.943	29.404	10.984	(7.648)	(4.436)	(3.212)	
-	-	1	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
224.170	581.949	26.860	337.714	156.135	10.104	(7.859)	(7.859)	-	
16.741	5.956	70.184	114.765	76.652	24.892	16.388	16.388	-	
5.124	3.759	7.424	19.436	(1.036)	(1.701)	(1.154)	(1.154)	-	
128.331	1.108.998	379.696	1.128.114	527.187	372.365	250.877	250.877	-	
118.106	744.285	376.229	358.402	120.623	11.654	7.376	7.376	-	
26.393	153.391	29.567	248.807	135.317	102.073	67.795	67.795	-	
53.686	104.445	305.448	260.588	101.028	65.538	42.877	42.877	-	
28.039	162.074	26.939	208.938	113.142	85.136	55.627	50.064	5.563	
6.003	921	144.816	39.296	1.407	(1.849)	(1.460)	(1.460)	-	
1	-	53.465	-	-	(2.407)	(2.407)	(2.407)	-	
20.321	6.813	33.285	84.145	20.506	3.198	2.311	2.311	-	
416	9	53.254	-	-	(1.961)	(1.961)	(1.961)	-	
-	-	11.000	-	-	(12)	(12)	(12)	-	
112.563	259.310	251.578	161.587	23.984	(65.893)	(40.930)	(32.744)	(8.186)	
-	-	-	12.131	8.595	5.990	3.891	3.891	-	
2.244	1.305	275.861	-	-	(1.800)	2.165	433	1.732	

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aportes
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(416.119)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(21.514)	-
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-
EIL02 S.A.	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1
Elog S.A.	254.941	-	-
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(33.052)	-
Ecoporto Transporte Ltda.	24.889	(31.511)	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-
Lucros não realizados	(7.021)	-	-
	1.220.196	(502.196)	3

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	<b>(396.578)</b>
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	19.153	<b>(4.985)</b>
EIL-01 Participações Ltda.	254	-
EIL02 S.A.	1	-
EIL03 S.A.	1	-
EIL04 S.A.	1	-
Elog S.A.	234.006	-
Ecoporto Santos S.A.	34.225	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	<b>(16.842)</b>
Ecoporto Transporte Ltda.	8.578	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	31.414	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	<b>(261)</b>
Lucros não realizados	(7.221)	-
	1.194.531	<b>(418.666)</b>

(a) Vide Nota Explicativa nº 11.

(b) Vide Nota Explicativa nº 6.

AFAC	Venda de participação	Baixas	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
-	-	-	880	442.604	803.480
-	(1.602)	-	-	21.695	19.153
-	-	-	-	253	254
-	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	1
-	-	(9)	-	(20.926)	234.006
-	-	-	142	21.490	34.225
6.450	-	-	-	17.962	70.639
-	-	-	-	15.200	8.578
-	(12.819)	-	41	(14.633)	31.414
-	-	-	-	(200)	(7.221)
6.450	(14.421)	(9)	1.063	483.445	1.194.531

Aporte de capital	Venda de participação	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2014
-	-	1.682	396.593	805.177
-	(18.059)	-	3.891	-
-	-	-	19	273
-	-	-	-	1
-	-	-	-	1
-	-	-	-	1
-	-	-	(32.744)	201.262
-	-	494	(7.859)	26.860
-	-	-	16.388	70.185
-	-	-	(1.154)	7.424
43.500	-	121	(4.436)	70.599
55.000	-	-	433	55.172
-	-	-	332	(6.889)
98.500	(18.059)	2.297	371.463	1.230.066

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2012	Amortização	31/12/2013	Amortização	31/12/2014
Ágio - Ecosul	6.809	(514)	6.295	<b>(513)</b>	<b>5.782</b>
Ágio - Elog	231.326	129	231.455	<b>129</b>	<b>231.584</b>
Ágio - Ecoporto	758.017	(26.099)	731.918	<b>(26.100)</b>	<b>705.818</b>
	996.152	(26.484)	969.668	<b>(26.484)</b>	<b>943.184</b>

#### b) Consolidado

	VALORES DAS INVESTIDAS 31/12/2014	
	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	<b>34.106</b>
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>275.865</b>	-
Elog S.A.	<b>251.578</b>	<b>(40.930)</b>

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DIRETA - %		INVESTIMENTO		EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
-	11,41	-	19.153	<b>3.891</b>	21.695
<b>20</b>	-	<b>55.172</b>	-	<b>433</b>	-
<b>80</b>	80	<b>201.262</b>	234.006	<b>(32.744)</b>	(20.926)
		<b>256.434</b>	253.159	<b>(28.420)</b>	769

## 15. IMOBILIZADO

### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o

ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

#### a) Controladora

	CUSTO				
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Hardwares	10,7	938	169	-	1.107
Máquinas e equipamentos	10,5	248	-	-	248
Móveis e utensílios	10,3	468	-	-	468
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956
Imobilizado em andamento	-	-	32	-	32
Outros	9,8	3.089	123	-	3.212
		6.699	324	-	7.023

	CUSTO				
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Hardwares	10,9	1.107	122	-	<b>1.229</b>
Máquinas e equipamentos	10,5	248	-	-	<b>248</b>
Móveis e utensílios	9,7	468	79	-	<b>547</b>
Edificações	3,9	1.956	-	-	<b>1.956</b>
Imobilizado em andamento	-	32	52	-	<b>84</b>
Outros	9,3	3.212	294	(123)	<b>3.383</b>
		7.023	547	(123)	<b>7.447</b>

DEPRECIAÇÃO			RESIDUAL	
Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
(659)	(109)	(768)	339	279
(162)	(26)	(188)	60	86
(264)	(48)	(312)	156	204
(455)	(76)	(531)	1.425	1.501
-	-	-	32	-
(577)	(308)	(885)	2.327	2.512
(2.117)	(567)	(2.684)	4.339	4.582

DEPRECIAÇÃO			RESIDUAL	
Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
(768)	(127)	<b>(895)</b>	<b>334</b>	339
(188)	(26)	<b>(214)</b>	<b>34</b>	60
(312)	(49)	<b>(361)</b>	<b>186</b>	156
(531)	(76)	<b>(607)</b>	<b>1.349</b>	1.425
-	-	-	<b>84</b>	32
(885)	(300)	<b>(1.185)</b>	<b>2.198</b>	2.327
(2.684)	(578)	<b>(3.262)</b>	<b>4.185</b>	4.339

## b) Consolidado

	CUSTO					
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013
Hardwares	10,8	165.173	34.173	(906)	7	198.447
Máquinas e equipamentos	16,9	144.635	11.257	(190)	-	155.702
Móveis e utensílios	7,1	19.047	1.775	(24)	26	20.824
Terrenos	-	5.255	178	-	-	5.433
Edificações	4,6	35.051	488	-	-	35.539
Imobilizado em andamento	-	21.657	-	(295)	(3.428)	17.934
Benfeitorias	3,0	182.932	748	-	8.675	192.355
Veículos	9,9	24.371	985	(34)	(40)	25.282
Instalações	7,0	9.371	4.572	-	2.311	16.254
Outros	5,6	41.743	13.376	(903)	(2.271)	51.945
		649.235	67.552	(2.352)	5.280	719.715

	CUSTO					
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014
Hardwares	12,5	198.447	32.626	(455)	205	<b>230.823</b>
Máquinas e equipamentos	11,0	155.702	14.965	(58)	1.549	<b>172.158</b>
Móveis e utensílios	8,0	20.824	3.652	(122)	-	<b>24.354</b>
Terrenos	-	5.433	423	-	-	<b>5.856</b>
Edificações	4,7	35.539	-	-	-	<b>35.539</b>
Imobilizado em andamento	-	17.934	26.238	(77)	(4.949)	<b>39.146</b>
Benfeitorias	3,0	192.355	6.287	(3)	2.315	<b>200.954</b>
Veículos	17,9	25.282	6.191	(452)	441	<b>31.462</b>
Instalações	9,5	16.254	7.873	(69)	46	<b>24.104</b>
Outros	5,1	51.945	55.448	(1.402)	(12.764)	<b>93.227</b>
		719.715	153.703	(2.638)	(13.157)	<b>857.623</b>



DEPRECIÇÃO			RESIDUAL		
Saldos em 31/12/2012	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
(116.108)	(19.652)	-	(135.760)	62.687	49.065
(53.162)	(25.430)	-	(78.592)	77.110	91.473
(6.982)	(1.425)	-	(8.407)	12.417	12.065
-	-	-	-	5.433	5.255
(14.943)	(1.633)	-	(16.576)	18.963	20.108
-	-	-	-	17.934	21.657
(41.247)	213	-	(41.034)	151.321	141.685
(6.785)	(2.460)	(1.904)	(11.149)	14.133	17.586
(1.811)	(975)	1.982	(804)	15.450	7.560
(3.277)	2.548	(78)	(807)	51.138	38.466
(244.315)	(48.814)	-	(293.129)	426.586	404.920

DEPRECIÇÃO				RESIDUAL		
Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
(135.760)	(26.723)	358	83	<b>(162.042)</b>	<b>68.781</b>	62.687
(78.592)	(18.046)	27	-	<b>(96.611)</b>	<b>75.547</b>	77.110
(8.407)	(1.808)	88	(54)	<b>(10.181)</b>	<b>14.173</b>	12.417
-	-	-	-	-	<b>5.856</b>	5.433
(16.576)	(1.655)	-	2	<b>(18.229)</b>	<b>17.310</b>	18.963
-	-	-	-	-	<b>39.146</b>	17.934
(41.034)	(6.014)	-	-	<b>(47.048)</b>	<b>153.906</b>	151.321
(11.149)	(5.073)	272	-	<b>(15.950)</b>	<b>15.512</b>	14.133
(804)	(1.910)	50	989	<b>(1.675)</b>	<b>22.429</b>	15.450
(807)	(3.357)	(94)	674	<b>(3.584)</b>	<b>89.643</b>	51.138
(293.129)	(64.586)	701	1.694	<b>(355.320)</b>	<b>502.303</b>	426.586

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 19). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 20) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados R\$378 referentes a encargos financeiros (R\$934 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

## 16. INTANGÍVEL

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo

prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

### a) Controladora

	CUSTO			
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013
Softwares de terceiros	12,1	300	61	361
		300	61	361

	CUSTO			
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014
Softwares de terceiros	12,2	361	357	<b>718</b>
		361	357	<b>718</b>

AMORTIZAÇÃO			RESIDUAL	
Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
(227)	(40)	(267)	94	73
(227)	(40)	(267)	94	73

AMORTIZAÇÃO			RESIDUAL	
Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
(267)	(66)	<b>(333)</b>	<b>385</b>	94
(267)	(66)	<b>(333)</b>	<b>385</b>	94

## b) Consolidado

	CUSTO					
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013
Contratos de concessão	(ii)	4.266.139	569.441	(311)	6.483	4.841.752
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561
Softwares de terceiros	14,0	47.224	14.891	-	-	62.115
Intangível em andamento	-	38.115	2.243	-	(6.483)	33.875
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	-	-	236.133
Outros	-	230	5.283	-	(5.280)	233
		4.596.402	591.858	(311)	(5.280)	5.182.669

	CUSTO					
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013	Adições (i)	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014
Contratos de concessão	(ii)	4.841.752	718.142	(2.829)	61.458	<b>5.618.523</b>
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	<b>8.561</b>
Softwares de terceiros	13,3	62.115	15.047	(108)	2.698	<b>79.752</b>
Intangível em andamento	-	33.875	45.135	(1.310)	(51.369)	<b>26.331</b>
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	-	-	<b>236.133</b>
Outros	-	233	-	-	370	<b>603</b>
		5.182.669	778.324	(4.247)	13.157	<b>5.969.903</b>

- (i) Os principais valores de aquisição de que trata essa linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias. Os valores estão concentrados na Eco101 R\$177.175 dos trabalhos iniciais da operação; na Ecovias R\$201.305 sendo as principais obras a adequação do trevo de Cubatão e a implantação da 3ª faixa do km 262 a 270 da SP055 e na Ecopistas R\$83.319 sendo a principal obra a construção da Marginal da Rodovia Ayrton Senna.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2014 foram 4,45% a.a. (3,94% a.a. em 31 de dezembro de 2013).
- (iii) A amortização do ágio da Elog refere-se a menos valia de máquinas e equipamentos registrados em 2010, pela venda de participação da Elog.

AMORTIZAÇÃO			RESIDUAL	
Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
(1.147.119)	(179.757)	(1.326.876)	3.514.876	3.119.020
(1.756)	(510)	(2.266)	6.295	6.805
(28.377)	(7.648)	(36.025)	26.090	18.847
-	-	-	33.875	38.115
(4.808)	128	(4.680)	231.453	231.325
(6)	(30)	(36)	197	224
(1.182.066)	(187.817)	(1.369.883)	3.812.786	3.414.336

AMORTIZAÇÃO				RESIDUAL		
Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
(1.326.876)	(234.433)	193	(1.694)	<b>(1.562.810)</b>	<b>4.055.713</b>	3.514.876
(2.266)	(384)	-	-	<b>(2.650)</b>	<b>5.911</b>	6.295
(36.025)	(9.618)	5	-	<b>(45.638)</b>	<b>34.114</b>	26.090
-	-	-	-	-	<b>26.331</b>	33.875
(4.680)	64	-	-	<b>(4.616)</b>	<b>231.517</b>	231.453
(36)	-	-	-	<b>(36)</b>	<b>567</b>	197
(1.369.883)	(244.371)	198	(1.694)	<b>(1.615.750)</b>	<b>4.354.153</b>	3.812.786

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável

no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	BALANÇO PATRIMONIAL			RESULTADO	
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Realização do ágio na incorporação	418.024	-	(49.839)	<b>368.185</b>	<b>(49.839)</b>
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	33.514	4.957	(877)	<b>37.594</b>	<b>4.080</b>
Prejuízo fiscal (*)	42.963	43.800	(14.725)	<b>72.038</b>	<b>29.075</b>
Provisão para manutenção	60.536	14.330	(126)	<b>74.740</b>	<b>14.204</b>
AVP ônus Concessão	2.853	1.339	(995)	<b>3.197</b>	<b>344</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.560	250	(1.119)	<b>691</b>	<b>(869)</b>
Variação cambial	3.149	4.137	(3.728)	<b>3.558</b>	<b>409</b>
Provisão para férias diretoria	187	202	(183)	<b>206</b>	<b>19</b>
Mais valia investimento Elog	(207)	(44)	-	<b>(251)</b>	<b>(44)</b>
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT (**)	(59.085)	-	3.068	<b>(56.017)</b>	<b>3.068</b>
Depreciação societária	(6.549)	(2.074)	-	<b>(8.623)</b>	<b>(2.074)</b>
Juros capitalizados	(2.271)	(124)	533	<b>(1.862)</b>	<b>409</b>
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (***)	494.674	66.773	(67.991)	<b>493.456</b>	<b>(1.218)</b>
Ativo diferido	531.563	-	-	<b>520.055</b>	-
Passivo diferido	(36.889)	-	-	<b>(26.599)</b>	-

(\*) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: EcoRodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Ecoporto Transporte e ECO101 Concessionária.

(\*\*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição

(RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se

necessário mencionar dois temas, que, de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) a adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do “RTT”, com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards); (b) introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

(\*\*\*) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$520.055 no ativo não circulante e R\$26.599 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	36.895
2015	<b>67.246</b>	43.392
2016	<b>65.535</b>	63.281
2017	<b>62.347</b>	62.334
2018	<b>60.184</b>	86.003
2019 a 2023	<b>60.184</b>	218.834
Após 2023	<b>177.960</b>	(16.065)
	<b>493.456</b>	494.674

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>492.339</b>	397.868	<b>716.907</b>	634.179
Alíquota fiscal vigente	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<b>(167.395)</b>	(135.275)	<b>(243.749)</b>	(215.621)
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	<b>126.207</b>	156.932	<b>(9.752)</b>	261
Juros sobre capital próprio	<b>27.983</b>	-	<b>27.983</b>	-
Despesas indedutíveis	<b>(318)</b>	-	<b>(821)</b>	(1.169)
Lucro presumido	-	-	-	4.263
Amortização de ágio	<b>(7.094)</b>	(44)	<b>(14.618)</b>	(6.390)
Incentivos fiscais (PAT)	<b>112</b>	-	<b>1.061</b>	735
Créditos tributários não constituídos - controladora (*)	-	(21.657)	-	(21.180)
Compensação de prejuízos fiscais	<b>8.799</b>	-	<b>8.799</b>	-
Outros	<b>(8.733)</b>	26	<b>(11.561)</b>	4.434
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(20.439)</b>	(18)	<b>(242.658)</b>	(234.667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(20.395)</b>	26	<b>(241.440)</b>	(212.625)
Impostos diferidos	<b>(44)</b>	(44)	<b>(1.218)</b>	(22.042)
Taxa efetiva	-	-	<b>34%</b>	37%

(\*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-	<b>13.111</b>	27.765
Despesa IR/CS DRE	<b>20.395</b>	(26)	<b>241.440</b>	212.625
Total de IR/CS pagos no exercício	<b>(20.395)</b>	26	<b>(217.391)</b>	(227.279)
<b>SALDO FINAL PROVISÃO IR/CS</b>	-	-	<b>37.160</b>	13.111



## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	<b>10.475</b>	10.230
COFINS	-	-	<b>8.062</b>	7.822
PIS	-	-	<b>2.219</b>	2.624
ISS na fonte	<b>5</b>	2	<b>2.757</b>	3.813
PIS/COFINS/CSLL s/ prestação de serviços	-	-	<b>1.607</b>	1.930
INSS na fonte	<b>2</b>	-	<b>2.789</b>	2.463
Outros impostos	<b>105</b>	302	<b>1.331</b>	2.024
	<b>112</b>	304	<b>29.240</b>	30.906

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Modalidade	Companhia	Vencimento final
<b>EM MOEDA NACIONAL:</b>		
Capital de giro (c)	Ecovia	10/2014
Capital de giro (c)	Ecovia	12/2014
Capital de giro (c)	Ecovia	11/2014
Capital de giro (c)	Ecosul	10/2014
Capital de giro (g)	Ecosul	11/2014
Capital de giro (g)	Ecosul	12/2014
Capital de giro (g)	Ecosul	10/2014
Finame (m)	Ecosul	11/2020
Finame (d)	Ecocataratas	05/2017
Finame (d)	Ecocataratas	04/2017
Finame (i)	Ecocataratas	10/2022
Finame (d)	Ecocataratas	07/2018
Finem (j)	Ecocataratas	07/2018
Finem (b)	Ecopistas	07/2025
Finame (h)	Ecoporto Transportes	08/2016
Finame (h)	Ecoporto Transportes	09/2016
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017
UBB (f)	Ecoporto Santos	07/2014
CCB (f)	Ecoporto Santos	06/2015
Capital de Giro (h)	Ecoporto Santos	03/2014
Notas promissórias (a)	EcoRodovias Infraestrutura	04/2015
Finame (k)	Ecoporto Santos	06/2020
Finame (l)	Ecocataratas	07/2020
Finem - BNDES (e)	ECO101	11/2015
Finem - BNDES (e)	ECO101	10/2015
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>		
Swap (f)	Ecoporto Santos	07/2014
Finimp (h)	Ecoporto Santos	09/2016
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016
Finimp (h)	Ecoporto Santos	05/2017
Finimp (n)	Ecoporto Santos	01/2023
<b>CIRCULANTE</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		

Taxa média de juros	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
108,4% do CDI	-	-	-	44.782
108,4% do CDI	-	-	-	26.167
108,0% do CDI	-	-	-	35.403
CDI + 2,032% a.a.	-	-	-	13.469
108% do CDI	-	-	-	36.640
108,4% do CDI	-	-	-	22.142
108,4% do CDI	-	-	-	35.538
6% a.a.	-	-	<b>279</b>	-
TJLP + 5%	-	-	<b>436</b>	500
TJLP + 3,4%	-	-	<b>434</b>	563
2,5% a.a.	-	-	<b>343</b>	387
3% a.a.	-	-	<b>192</b>	-
TJLP + 2,3% a.a.	-	-	<b>23.281</b>	29.720
TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	<b>230.946</b>	197.897
TJLP + 6% a.a.	-	-	<b>1.673</b>	2.676
TJLP + 6% a.a.	-	-	<b>729</b>	1.145
7,7% a.a.	-	-	<b>4.357</b>	6.099
CDI + 0,15% a.a.	-	-	-	10.780
CDI + 3% a.a.	-	-	<b>7.636</b>	20.670
CDI + 1,9 a.a.%	-	-	-	198
105,35% do CDI	<b>497.435</b>	290.762	<b>497.435</b>	290.763
6% a.a.	-	-	<b>7.394</b>	-
6 % a.a.	-	-	<b>1.094</b>	-
UMBND+3,16%	-	-	<b>55.171</b>	-
TJLP + 3,66% a.a.	-	-	<b>138.428</b>	-
VC+CDI+0,15%	-	-	-	5.077
Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	<b>768</b>	1.016
Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	<b>5.538</b>	8.143
Libor 6M+0,3% a.a.	-	-	<b>194</b>	240
Libor 6M+2%a.a.	-	-	<b>41.163</b>	-
	<b>497.435</b>	290.762	<b>1.017.491</b>	790.015
	<b>497.435</b>	290.762	<b>740.600</b>	571.533
	-	-	<b>276.891</b>	218.482

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	38.177
2016	<b>44.318</b>	35.715
2017	<b>47.120</b>	31.626
2018	<b>43.486</b>	27.936
2019	<b>39.929</b>	24.397
Posteriores a 2019	<b>102.038</b>	60.631
	<b>276.891</b>	218.482

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>290.762</b>	574.108	<b>790.015</b>	964.345
Adições	<b>474.531</b>	274.635	<b>840.173</b>	438.727
Encargos financeiros	<b>33.164</b>	35.018	<b>100.464</b>	83.511
Pagamento principal	<b>(275.000)</b>	(550.000)	<b>(632.091)</b>	(619.195)
Pagamento de juros	<b>(26.022)</b>	(42.999)	<b>(81.070)</b>	(77.373)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>497.435</b>	290.762	<b>1.017.491</b>	790.015

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil/Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	ECO101	BNDES	i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (i) o EBITDA e (ii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos/ Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(k)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(m)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio Líquido (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura.

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,83

(e) Índices financeiros ECO101 BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3	2,28
(ii) PL/passivo total	> 20%	25,56%

(n) Índices financeiros Ecoporto	Exigido	Medido (*)
(i) PL (-) Resultado do exercício	> 20.000	36.636
(ii) PL/ativo total	> 20%	76%

(\*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	02/05/2014	275.000	(390)	274.610	105,35% do CDI	11,61%
EcoRodovias Infraestrutura	08/12/2014	200.000	(65)	199.935	105,00% do CDI	11,93%

## 20. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Principal corrigido	<b>3.119.811</b>	2.871.137
Remuneração (juros)	<b>100.664</b>	97.998
Custos com emissão de debêntures (*)	<b>(52.059)</b>	(58.527)
	<b>3.168.416</b>	2.910.608
<b>CIRCULANTE</b>	<b>206.960</b>	264.076
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.961.456</b>	2.646.532

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>2.910.608</b>	2.069.647
Adição	<b>290.539</b>	850.639
Encargos financeiros	<b>357.628</b>	294.460
Pagamento principal	<b>(135.210)</b>	(140.549)
Pagamento de juros	<b>(255.149)</b>	(163.589)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>3.168.416</b>	2.910.608

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de Debêntures da controlada indireta Ecovias já havia sido integralmente quitada.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural não conversível em ações
Quantidade emitida	80.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$1.000
Data da emissão	23/10/2012	21/12/2006	
Valor da emissão	R\$800.000 1ª série - R\$240.000 2ª série - R\$160.000 3ª série - R\$400.000	R\$450.000 1ª série - R\$135.000 2ª série - R\$157.500 3ª série - R\$157.500	R\$881.000 1ª série - R\$200.000 2ª série - R\$681.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série - R\$10,14 2ª série - R\$11,56 3ª série - R\$11,56	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1.129 2ª série - R\$1.133
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/05/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)



Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
600 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	370 (em quatro séries)
R\$1.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$1.000
19/06/2012	04/11/2014	17/11/2014	15/01/2011
R\$600.000	R\$143.000	R\$148.000	R\$370.000 1ª série - R\$92.500 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500
Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	1ª série - R\$1.301 2ª série - R\$1.231 3ª série - R\$1.208 4ª série - R\$1.183
Não atualizável	Atualização monetária anual pela variação do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.

Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	105,7% do CDI	105,7% do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)
Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>

Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	brAA+
Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto/ Termares/Ecoporto Transporte - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)
Índices financeiros exigidos	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

O resumo dos índices financeiros exigidos em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

EcoRodovias Concessões	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	2,00
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,0	4,08
Ecovias - 1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,59
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	3,87
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,59
(ii) Despesa financeira/EBITDA	> 2,0	6,05
Ecoporto	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 4,5	5,59 (**)
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,0	1,41 (**)
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,83

(\*) Índices não auditados pelos auditores independentes. (\*\*) Índice não atingido, porém amparado por carta-fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBITDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	108.953	(8.533)	100.420
2016	<b>485.210</b>	<b>(8.018)</b>	<b>477.192</b>	192.721	(7.927)	184.794
2017	<b>233.523</b>	<b>(8.162)</b>	<b>225.361</b>	231.461	(8.162)	223.299
2018	<b>336.587</b>	<b>(7.757)</b>	<b>328.830</b>	332.880	(7.502)	325.378
2019	<b>380.739</b>	<b>(5.732)</b>	<b>375.007</b>	267.045	(5.537)	261.508
2020	<b>337.584</b>	<b>(4.875)</b>	<b>332.709</b>	262.911	(4.875)	258.036
2020 - 2024	<b>1.230.971</b>	<b>(8.614)</b>	<b>1.222.357</b>	1.302.159	(9.062)	1.293.097
	<b>3.004.614</b>	<b>(43.158)</b>	<b>2.961.456</b>	2.698.130	(51.598)	2.646.532

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal
EcoRodovias	Debêntures - 1ª série	23/10/2012	240.000
Concessões e Serviços	Debêntures - 2ª série	23/10/2012	160.000
	Debêntures - 3ª série	23/10/2012	400.000
	1ª emissão		
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/2006	135.000
	Debêntures - 2ª série	01/11/2006	157.500
	Debêntures - 3ª série	01/11/2006	157.500
2ª emissão			
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000
	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000
			<b>3.392.000</b>

Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
(228)	147.772	105,7% CDI	CDI + 4,17%
(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
<b>(77.536)</b>	<b>3.314.464</b>		

## 21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Elog S.A.(e)	Controlada	1	8	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (e)	Controlada	4	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	42	39	-	-
		<b>47</b>	47	-	-
<b>MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL:</b>					
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>54.351</b>	32.778
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>11.291</b>	5.302
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>953</b>	-
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>1.941</b>	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>60.071</b>	18.660
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>199.469</b>	116.867
		-	-	<b>328.076</b>	173.607
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>47</b>	47	<b>328.076</b>	173.607



	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>PASSIVO CIRCULANTE:</b>					
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>169</b>	1.194
Elog S.A. (e)	Controlada	<b>30</b>	-	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada	<b>26</b>	-	-	-
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>1.468</b>	262
Ecoporto Santos S.A. (e)	Controlada	-	17	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>124</b>	427
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>370</b>	-
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>402</b>	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>1.068</b>	1.647
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>56</b>	17	<b>3.601</b>	3.530

	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>RESULTADO:</b>					
Receita:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	<b>530</b>	461	-	-
		<b>530</b>	461	-	-
Despesa/custo:					
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>4.501</b>	-
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>4.876</b>	-
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>54</b>	-
		-	-	<b>9.431</b>	-

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$4.000, totalizando R\$44.505, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$6.103. Os saldos em aberto a pagar de R\$169 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias, CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$359.008, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e até 31 de dezembro de 2014 foram incorridos R\$339.995, e há um saldo de serviços a realizar de R\$19.013. Os saldos em aberto de R\$1.468 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$225.842, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$156.087. Os saldos em aberto a pagar R\$1.192 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem, e o valor do contrato é de R\$1.020. O prazo de execução deste contrato foi até 13 de setembro de 2014, sendo que foi totalmente executado e não há saldo pagar.
- (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.397 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$5.300. Os saldos em aberto já realizados de R\$370 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e

socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.109 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$5.732. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$402 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

(i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$4.178. O prazo para execução destes serviços foi até julho de 2014 e em 31 de dezembro de 2014, já foram incorridos R\$1.815. Em 31 de dezembro 2014 não existem saldos em aberto.

Mutuante	Mutuário	31/12/2014	31/12/2013	Vencimento	Taxa
EcoRodovias Concessões	Ecocataratas	-	71	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
EcoRodovias Concessões	Ecopistas	<b>96.252</b>	87.313	31/03/2016	100% CDI
Termares	Tecondi	<b>38.192</b>	38.690	Indeterminado	1% a.a.
		<b>134.444</b>	126.074		

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2014. Não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

#### Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Ecoporto Transportes Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$50,00 e R\$80,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Termlog faturou R\$18.422 para a Ecoporto e R\$807 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2015.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo

(salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2014 em R\$28.000 (R\$13.787 para o exercício de 2013).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração (fixa/variável)	<b>9.624</b>	8.705
Gratificações	<b>4.000</b>	-
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 28.f)	<b>5.948</b>	2.971
Plano de incentivo retenção diretoria	<b>7.500</b>	-
Previdência privada	<b>408</b>	398
	<b>27.480</b>	12.074

## 22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 7,21% a 12,20% ao

ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887
	178.662	74.907	(92.408)	16.887
<b>CIRCULANTE</b>	63.531			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	115.131			

## 23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 7,21% e 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079	-	-	<b>21.079</b>
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)	-	-	<b>(10.011)</b>
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)	<b>(1.687)</b>	-	<b>(9.577)</b>
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609	-	<b>169</b>	<b>8.778</b>
	12.181	(564)	170	11.787	<b>(1.687)</b>	<b>169</b>	<b>10.269</b>
<b>CIRCULANTE</b>	2.141			9.519			<b>7.832</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	10.040			2.268			<b>2.437</b>

31/12/2013	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
619.458	<b>127.084</b>	-	-	<b>746.542</b>
(129.991)	<b>(21.830)</b>	-	-	<b>(151.821)</b>
(385.722)	-	<b>(78.661)</b>	-	<b>(464.383)</b>
74.303	-	-	<b>15.183</b>	<b>89.486</b>
178.048	<b>105.254</b>	<b>(78.661)</b>	<b>15.183</b>	<b>219.824</b>
49.932				<b>66.827</b>
128.116				<b>152.997</b>

## 24. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

### (I) Verbas fixas e variáveis

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Outorga Fixa - Ecovias (a)	<b>48.363</b>	57.806
Outorga Variável - Ecosul (e)	<b>139</b>	137
Outorga Variável - Ecovias (b)	<b>1.308</b>	1.206
Outorga Variável - Ecopistas (b)	<b>359</b>	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	<b>223</b>	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	<b>588</b>	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	<b>261</b>	249
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização (g)	<b>419</b>	310
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (h)	<b>1.206</b>	1.256
	<b>52.866</b>	63.051
<b>CIRCULANTE</b>	<b>20.618</b>	20.454
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>32.248</b>	42.597

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240

parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio

Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

- (b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado mensal é de R\$223 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela reajustada é de R\$261 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).
- (g) Conforme contrato de concessão da controlada direta ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverá ser pago a título de fiscalização o valor mensal de R\$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$419 (R\$310 em 31 de dezembro de 2013).
- (h) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

As controladas indireta Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	14.194
2016	<b>14.717</b>	12.962
2017	<b>13.440</b>	11.838
2018	<b>4.091</b>	3.603
	<b>32.248</b>	42.597

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>63.051</b>	68.479
Custo (vide Nota Explicativa nº 30)	<b>56.822</b>	63.925
Varição monetária sobre credor pela concessão	<b>6.393</b>	7.644
Pagamento do principal	<b>(73.400)</b>	(76.997)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>52.866</b>	63.051

## (II) Outros compromissos relativos a concessões

### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre

de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### *Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

#### *Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

#### *Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

#### *ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Estimativa de gastos para realização dos investimentos de melhoria:

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	31/12/2014						Total
	Ecovia Previsão de 2015 a 2021	Ecosul Previsão de 2015 a 2026	Ecovias Previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2015 a 2021	Ecopistas Previsão de 2015 a 2039	ECO101 Previsão de 2015 a 2039	
Natureza dos custos							
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.509	207.664	49.452	214.667	1.609.519	2.474.131
Conservação especial (manutenção)	54.440	65.486	282.187	291.568	403.270	464.979	1.561.930
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	312.980	631.324
<b>TOTAL</b>	<b>189.187</b>	<b>347.038</b>	<b>535.767</b>	<b>398.713</b>	<b>809.202</b>	<b>2.387.478</b>	<b>4.667.385</b>



	31/12/2013					Total
	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039	
Natureza dos custos						
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
<b>TOTAL</b>	<b>222.408</b>	<b>188.882</b>	<b>835.882</b>	<b>374.247</b>	<b>889.763</b>	<b>2.511.182</b>

## 25. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2002 a 2010 buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2014 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para dezembro de 2014.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI encerrou-se em dezembro de 2014, com a aprovação do relatório final, no qual foram elencadas algumas recomendações.



A Administração está avaliando esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como em razão da publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

#### **Ecoporto Santos S.A.**

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato entende a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruindo o processo com a documentação pertinente, seguir o procedimento estabelecido na normatização em vigor à época do requerimento, que deverá contar com a participação da SEP e da ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho

e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Porém, recentes decisões favoráveis proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconheceram a necessidade da manutenção do Contrato de Arrendamento e a possibilidade de sua prorrogação. Assim, a Administração considera significativa a probabilidade de êxito nas demandas judiciais, em linha com os recentes julgamentos favoráveis sobre o mesmo tema e com base nas argumentações trazidas nos recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos, que pendem de julgamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

## 26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	<b>5.599</b>	5.172	<b>27.243</b>	23.498
INSS a recolher	<b>1.496</b>	264	<b>5.425</b>	4.579
FGTS a recolher	<b>449</b>	86	<b>2.121</b>	1.477
IRRF a recolher	<b>1.533</b>	361	<b>3.789</b>	2.348
Provisão de férias	<b>1.774</b>	1.074	<b>19.491</b>	15.625
Contribuição sindical a recolher	-	-	<b>14</b>	22
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	<b>536</b>	375	<b>5.796</b>	5.902
	<b>11.387</b>	7.332	<b>63.879</b>	53.451

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

## 27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

### Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de

recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	CONTROLADORA	
	Cíveis (a)	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013</b>		
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	48	48
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	-	-
(+/-) Reclassificações	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>48</b>	<b>48</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	<b>21</b>	<b>21</b>
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	<b>6</b>	<b>6</b>
(+/-) Reclassificações	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>75</b>	<b>75</b>

	CONSOLIDADO			
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013</b>	85.877	2.676	17.888	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	43.862	(1.221)	7.892	50.533
(-) Pagamentos	(14.361)	(64)	(14.641)	(29.066)
(+) Atualização monetária	4.783	336	2.121	7.240
(+/-) Reclassificações	(6.533)	3.262	3.271	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>113.628</b>	<b>4.989</b>	<b>16.531</b>	<b>135.148</b>

	TRABALHISTAS			
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014</b>	<b>113.628</b>	<b>4.989</b>	<b>16.531</b>	<b>135.148</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	<b>16.762</b>	<b>1.626</b>	<b>6.985</b>	<b>25.373</b>
(-) Pagamentos	<b>(4.693)</b>	<b>(325)</b>	<b>(5.016)</b>	<b>(10.034)</b>
(+) Atualização monetária	<b>5.496</b>	<b>265</b>	<b>2.798</b>	<b>8.559</b>
(+/-) Reclassificações	<b>(2.740)</b>	<b>133</b>	<b>2.607</b>	<b>-</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>128.453</b>	<b>6.688</b>	<b>23.905</b>	<b>159.046</b>

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$46.581 em 31 de dezembro de 2014 (R\$36.535 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter

essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro (R\$39.895 atualizado até 31 de dezembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi oferecido depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado deste depósito é de R\$39.895.

- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para

suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contingenciado é de R\$64.492 (R\$58.199 em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

#### (b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$28.560 (R\$19.031 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$6.730 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

#### (c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 31 de dezembro de 2014, existem também

outros processos de mesma natureza que totalizam R\$67.627 (R\$37.012 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.097. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever foi objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a EcoRodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, e pagará mediante acordo realizado a partir de janeiro de 2015.

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo é de R\$155.342 (R\$131.747 em 31 de dezembro de 2013).

#### d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 28 de abril de 2014, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária, o montante de R\$388.105 registrado na rubrica "Orçamento de capital" nos anos de 2010 e 2011 foi destinado ao pagamento de dividendos.

#### e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A política de distribuição de dividendos da Companhia prevê que seja distribuído pelo menos 50% do lucro líquido do exercício. O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$798.471 refere-se a: R\$388.105 reversão da retenção de orçamento de capital conforme Nota Explicativa nº 28.d; R\$197.958 saldo remanescente de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; e R\$82.303 juros sobre capital calculados no exercício de 2014 e R\$130.105 dividendos intermediários do exercício de 2014, aprovados em reunião do conselho de administração, o qual submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2015.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	<b>471.900</b>	397.850
Constituição de reserva legal	<b>(23.595)</b>	(19.892)
Base de cálculo dos dividendos	<b>448.305</b>	377.958
Dividendos intermediários pagos	<b>(130.105)</b>	(180.000)
Juros sobre capital próprio	<b>(82.303)</b>	-
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	<b>(235.897)</b>	(197.958)

#### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua

outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como "despesa de pessoal", em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 11.666.277 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808	<b>5.649.586</b>
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	<b>R\$12,18</b>
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	<b>IPCA</b>

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$5.948 (R\$2.971 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	685.764	-	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	646.269	1.212.045	-	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	-	(454.309)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	388.859	1.015.146	1.524.074	-	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	-	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	-	(1.328.530)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
<b>EM 31 DE MARÇO DE 2014</b>	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	5.649.586	5.649.586
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
<b>EM 30 DE SETEMBRO DE 2014</b>	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total do custo	Prazo para exercer
2015	15,67	2.745.129	2,56	7.014	11 meses
2016	15,61	2.442.119	2,67	6.529	23 meses
2017	15,62	2.061.099	3,16	6.513	35 meses
2018	12,37	1.412.397	2,10	2.966	47 meses
<b>8.660.744</b>				<b>23.022</b>	

### g) Ações em tesouraria

#### Política contábil

Instrumentos patrimoniais próprios readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, relocalização no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000



A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Quantidade	Ações	Custo médio - R\$ por ação
		Valor	
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
<b>SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>175.688</b>	<b>(2.825)</b>	<b>16,08</b>
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
<b>SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>542.710</b>	<b>(8.488)</b>	<b>15,64</b>
Recompra em 2014	1.040.282	(13.044)	12,65
<b>SALDO FINAL EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	<b>1.582.992</b>	<b>(21.532)</b>	<b>13,60</b>
Recompra em 2014	205.000	(2.513)	12,26
<b>SALDO FINAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2014</b>	<b>1.787.992</b>	<b>(24.045)</b>	<b>13,45</b>
Recompra em 2014	445.000	(5.422)	12,18
<b>SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>2.232.992</b>	<b>(29.467)</b>	<b>13,20</b>

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2014, de R\$10,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de dezembro de 2014, é de R\$23.804.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

#### h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>26.059</b>	17.911
Participação nos lucros	<b>2.350</b>	1.662
Opções outorgadas reconhecidas	<b>103</b>	-
Aporte de capital de acionista não controlador	<b>31.500</b>	-
Venda de participação ECO101	-	12.819
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	<b>(6.195)</b>	(6.333)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>53.817</b>	<b>26.059</b>



## 29. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

#### Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre a prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receita com arrecadação de pedágio:</b>		
Pedágio em numerário	<b>790.759</b>	718.492
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	<b>935.908</b>	804.230
Vale-pedágio	<b>160.253</b>	165.664
Outras	<b>762</b>	770
	<b>1.887.682</b>	1.689.156
Receitas de construção	<b>713.563</b>	505.830
Receitas portuárias (d)	<b>508.346</b>	615.184
Receitas acessórias (b)	<b>62.605</b>	55.639
Receita de prestação de serviços intercompany (c)	<b>11.261</b>	3.000
<b>RECEITA BRUTA TOTAL</b>	<b>3.183.457</b>	2.868.809
Deduções de receita (e)	<b>(246.456)</b>	(229.750)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>2.937.001</b>	2.639.059

- Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Ecoporto Transportes e Termares.

(e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>BASE DE CÁLCULO DE IMPOSTOS</b>		
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>1.887.682</b>	1.689.156
Receitas portuárias	<b>508.346</b>	615.184
Receitas acessórias	<b>73.866</b>	58.639
	<b>2.469.894</b>	2.362.979
<b>DEDUÇÕES</b>		
Cofins (i)	<b>(106.360)</b>	(98.792)
PIS (ii)	<b>(23.065)</b>	(21.449)
ISS (iii)	<b>(116.653)</b>	(109.142)
Outros - ICMS	<b>(168)</b>	(294)
Devoluções e abatimentos	<b>(210)</b>	(73)
	<b>(246.456)</b>	(229.750)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,7%.

### 30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	<b>43.554</b>	22.890	<b>373.440</b>	313.125
Conservação e manutenção e outros	<b>815</b>	500	<b>86.404</b>	96.086
Serviços de terceiros (*)	<b>49.282</b>	45.233	<b>309.325</b>	304.177
Seguros (vide Nota Explicativa nº 36)	<b>255</b>	267	<b>18.486</b>	18.180
Depreciações e amortizações	<b>644</b>	607	<b>308.957</b>	236.631
Poder concedente	-	-	<b>56.822</b>	63.925
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	<b>2.203</b>	2.098	<b>28.575</b>	24.885
Provisão para manutenção	-	-	<b>105.254</b>	74.907
Custo de construção de obras	-	-	<b>713.563</b>	505.830
Outros custos e despesas operacionais	<b>3.122</b>	4.782	<b>78.806</b>	73.964
	<b>99.875</b>	76.377	<b>2.079.632</b>	1.711.710
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	<b>1.721.156</b>	1.346.606
Despesas gerais e administrativas	<b>99.875</b>	76.377	<b>358.476</b>	365.104
	<b>99.875</b>	76.377	<b>2.079.632</b>	1.711.710

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

**31. RESULTADO FINANCEIRO**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	<b>12.407</b>	21.480	<b>99.276</b>	96.895
Juros ativos	-	-	-	5.384
Receita de operação swap	-	-	<b>905</b>	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	<b>4.745</b>	-
Atualização monetária de créditos fiscais	<b>826</b>	1.505	<b>14.167</b>	8.124
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	<b>1.372</b>	-
Outras	-	-	<b>7.180</b>	3.004
	<b>13.233</b>	22.985	<b>127.645</b>	113.407
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	<b>(221.794)</b>	(191.856)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(32.726)</b>	(32.585)	<b>(96.175)</b>	(81.078)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	<b>(133.590)</b>	(91.798)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	<b>(6.393)</b>	(7.644)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	<b>(6.989)</b>	(10.806)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	<b>(15.352)</b>	(17.057)
Despesas bancárias	<b>(110)</b>	(453)	<b>(1.213)</b>	(1.952)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	<b>(5.697)</b>	(100)
Comissão notas promissórias	<b>(438)</b>	(2.433)	<b>(438)</b>	(2.433)
Despesa de operação swap	-	-	<b>(431)</b>	-
Atualização monetária contingências	<b>(366)</b>	(748)	<b>(13.252)</b>	(10.298)
Outras	<b>(1.304)</b>	(2.485)	<b>(18.831)</b>	(23.862)
	<b>(34.944)</b>	(38.704)	<b>(520.155)</b>	(438.884)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(21.711)</b>	(15.719)	<b>(392.510)</b>	(325.477)

**32. LUCRO POR AÇÃO**

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro básico por ação das operações continuadas	<b>0,85</b>	0,71
Lucro diluído por ação das operações continuadas	<b>0,84</b>	0,71

## a) Lucro básico por ação

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA</b>	<b>471.900</b>	<b>397.850</b>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<b>558.699</b>	558.699
<b>MÉDIA PONDERADA DAS AÇÕES EM TESOURARIA</b>	<b>(1.614)</b>	(514)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>557.085</b>	558.185
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,85</b>	0,71

## b) Lucro diluído

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA</b>	<b>471.900</b>	<b>397.850</b>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>557.085</b>	558.185
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	<b>1.614</b>	514
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	<b>558.699</b>	558.699
<b>LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,84</b>	0,71

### 33. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.472 (R\$734 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

### 34. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

#### Índice de endividamento

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dívida (a)	<b>497.435</b>	290.762	<b>4.238.770</b>	3.763.674
<b>CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS</b>	<b>(12.194)</b>	(177.016)	<b>(660.719)</b>	(1.152.588)
Dívida líquida	<b>485.241</b>	113.746	<b>3.578.051</b>	2.611.086
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (b)</b>	<b>1.730.369</b>	2.071.970	<b>1.784.186</b>	2.098.029
Índice de endividamento líquido	<b>0,28</b>	0,05	<b>2,01</b>	1,24

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 19, 20 e 24.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 19, 20 e 24.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
<b>ATIVOS:</b>			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	<b>25.618</b>	25.618
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	<b>162.733</b>	162.733
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	<b>635.101</b>	635.101
<b>PASSIVOS:</b>			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	<b>90.799</b>	90.799
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	<b>1.017.491</b>	1.017.491
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	<b>3.168.416</b>	3.168.416
Obrigações com o Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	<b>52.866</b>	58.219

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

## Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

#### (i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Ecoporto Santos S.A. - US\$	20.028	4.012

#### (ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$95.359 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	37.992	39.655	37.585	138.145
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.820	6.343	33.151
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	12.212	16.830	17.449	168.756
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	27.558	29.052	99.599	170.365
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	35.292	58.241	64.147	691.951
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.203	10.263	10.846	259.573
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.615	27.453	29.012	847.046
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.182	9.010	9.719	326.911
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.376	34.554	37.272	1.556.538
Capital de giro	105,7% do CDI	34.316	303.949	-	-
Finame	6,00% a.a.	256	248	236	528
Finame	2,50% a.a.	52	51	50	225
Finame	3,00% a.a.	60	58	57	28
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	460	429	154	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	7.934	7.482	7.025	3.888
BNDES	TJLP + 3,16% a.a.	147.794	-	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 3,16% a.a.	58.790	-	-	-
Nota promissória	105,35% CDI	530.789	-	-	-
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	68.356	151.602	139.652	410.875
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	1.571	1.012	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	7.869	-	-	-
Finame	6,00% a.a.	1.182	1.793	1.708	4.013
Finame	7,70% a.a.	2.004	1.874	888	-
Finimp	VC + Libor 6 meses	5.335	3.465	8.237	42.033



## Análise de sensibilidade

### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto

no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Cestas de Moedas, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	JUROS A INCORRER (*)		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	53.449	40.086	26.724
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(27.827)	(32.712)	(37.522)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.902)	(34.819)	(35.745)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(39.628)	(40.383)	(41.141)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(35.348)	(35.959)	(36.575)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(56.295)	(64.515)	(72.684)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(24.862)	(28.706)	(32.514)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(37.643)	(45.109)	(52.549)
Empréstimos e financiamentos (e) e (f)	Alta da Libor e USD	(1.261)	(1.626)	(2.010)
Juros sobre debêntures - série única - Ecoporto Santos	Alta do CDI	(68.745)	(75.045)	(81.249)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta da Cesta de Moedas	(4.356)	(4.971)	(5.586)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(77)	(96)	(115)
<b>JUROS A INCORRER, LÍQUIDOS</b>		<b>(276.495)</b>	<b>(323.855)</b>	<b>(370.966)</b>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2014 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

### Risco de mudança nas taxas de câmbio

Operação	Risco	JUROS A INCORRER (*)		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(1.261)	(1.626)	(2.010)

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI	11,75%	14,69%	17,63%
IGP-M	5,73%	7,16%	8,60%
IPCA	6,71%	8,39%	10,07%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
US\$	2,75	3,44	4,13
EUR	3,23	4,03	4,84
Libor (6 meses)	0,36%	0,45%	0,54%
Cesta de moedas	4,10%	5,12%	6,15%
UMBNDDES	0,052	0,065	0,078

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

A Companhia possui um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$3.092 (R\$2.299 em 31 de dezembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

### 36. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$861 milhões
"All Risk" - diversos	R\$4,8 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1,1 milhão
"All Risk" - danos materiais	R\$7,3 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1,6 milhão
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - obras de conservação e manutenção	R\$200 milhões
"All Risk" - operador portuário	US\$230 milhões
Multirisco	R\$20 milhões

### 37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

#### a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

**b) Logística**

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda.

**c) "Holding" e serviços**

Esse segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**d) Portos**

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda..

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Concessões	<b>72,9%</b>	67,3%
Logística	<b>8,1%</b>	7,8%
"Holding" e serviços	<b>5,5%</b>	6,0%
Portos	<b>13,5%</b>	18,9%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

Contas	Concessões	Portos	Logística
Ativo circulante	595.658	247.510	139.611
Ativo não circulante	3.072.974	717.143	426.686
<b>Total do ativo</b>	<b>3.668.632</b>	<b>964.653</b>	<b>566.297</b>
Passivo circulante	655.662	198.437	83.223
Passivo não circulante	1.860.697	652.774	249.068
Patrimônio líquido	1.152.273	113.442	234.006
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.668.632</b>	<b>964.653</b>	<b>566.297</b>

Contas	Concessões	Portos	Logística
Receita líquida	2.100.796	550.502	241.864
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(1.095.882)</b>	<b>(241.461)</b>	<b>(205.706)</b>
Lucro bruto	1.004.914	309.041	36.158
Receitas (despesas) operacionais	(145.053)	(173.512)	(56.114)
<b>EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	859.861	135.529	(19.956)
Resultado financeiro	(173.256)	(72.642)	(16.690)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(173.256)</b>	<b>(72.642)</b>	<b>(16.690)</b>
Lucro/prejuízo operacional dos impostos	686.605	62.887	(36.646)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(223.497)</b>	<b>(12.196)</b>	<b>15.721</b>
Lucro/prejuízo líquido do exercício	463.108	50.691	(20.925)
Atribuível à: Companhia	-	-	-
Outros acionistas	-	-	-

31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado
676.056	1.658.835	(51.806)	1.607.029	(240.151)	1.366.878
3.490.587	7.707.390	(2.383.063)	5.324.327	(190.437)	5.133.890
4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
446.098	1.383.420	(51.107)	1.332.313	(166.454)	1.165.859
825.942	3.588.481	(87.468)	3.501.013	(264.133)	3.236.880
2.894.603	4.394.324	(2.296.294)	2.098.030	(1)	2.098.029
4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768

31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado
187.128	3.080.290	(132.120)	2.948.170	(309.111)	2.639.059
<b>(106.103)</b>	<b>1.649.152)</b>	<b>76.079</b>	<b>(1.573.073)</b>	<b>226.467</b>	<b>(1.346.606)</b>
81.025	1.431.138	(56.041)	1.375.097	(82.644)	1.292.453
(91.986)	(466.665)	62.031	(404.634)	71.068	(333.566)
<b>959.524</b>	<b>959.524</b>	<b>(959.524)</b>	<b>-</b>	<b>769</b>	<b>769</b>
948.563	1.923.997	(953.534)	970.463	(10.807)	959.656
(78.640)	(341.228)	158	(341.070)	15.593	(325.477)
<b>(78.640)</b>	<b>(341.228)</b>	<b>158</b>	<b>(341.070)</b>	<b>15.593</b>	<b>(325.477)</b>
869.923	1.582.769	(953.376)	629.393	4.786	634.179
<b>(7.775)</b>	<b>(227.747)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(229.881)</b>	<b>(4.786)</b>	<b>(234.667)</b>
862.148	1.355.022	(955.510)	399.512	-	399.512
-	-	-	-	-	397.850
-	-	-	-	-	1.662

Contas	Concessões	Portos	Logística
Ativo circulante	422.468	111.267	78.320
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.156.137</b>	<b>830.901</b>	<b>569.280</b>
Total do ativo	4.578.605	942.168	647.600
Passivo circulante	578.725	246.035	128.970
Passivo não circulante	2.855.142	591.665	267.052
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.144.738</b>	<b>104.468</b>	<b>251.578</b>
Total do passivo e patrimônio líquido	4.578.605	942.168	647.600

Contas	Concessões	Portos	Logística
Receita líquida	2.542.564	471.915	284.365
Custo dos serviços prestados	(1.389.132)	(240.163)	(251.872)
Lucro bruto	1.153.432	231.752	32.493
Receitas (despesas) operacionais	(230.097)	(143.102)	(69.203)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	923.335	88.650	(36.710)
Resultado financeiro	(296.673)	(75.563)	(28.685)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	626.662	13.087	(65.395)
Imposto de renda e contribuição social	(209.969)	(5.712)	24.465
Lucro/prejuízo líquido do exercício	416.693	7.375	(40.930)
Atribuível a:			
Companhia	-	-	-
Outros acionistas	-	-	-

### 38. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 03 de fevereiro de 2015, a controlada em conjunto Elog S.A, realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$60.000, sendo 6 mil debêntures ao valor unitário de R\$10. A liquidação dos valores ocorreu em 20 e 27 de fevereiro de 2015, sendo R\$40.000 e R\$20.000 respectivamente.

31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
447.576	1.059.631	(75.973)	983.658	(60.958)	922.700
3.507.491	9.063.809	(2.990.324)	6.073.485	(254.161)	5.819.324
3.955.067	10.123.440	(3.066.297)	7.057.143	(315.119)	6.742.024
550.719	1.504.449	(128.088)	1.376.361	(101.475)	1.274.886
868.802	4.582.661	(686.065)	3.896.596	(213.644)	3.682.952
2.535.546	4.036.330	(2.252.144)	1.784.186	-	1.784.186
3.955.067	10.123.440	(3.066.297)	7.057.143	(315.119)	6.742.024

31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
190.696	3.489.540	(321.924)	3.167.616	(230.615)	2.937.001
(131.370)	(2.012.537)	86.348	(1.926.189)	205.033	(1.721.156)
59.326	1.477.003	(235.576)	1.241.427	(25.582)	1.215.845
134.529	(307.873)	180.664	(127.209)	49.202	(78.007)
790.453	790.453	(790.020)	433	(28.853)	(28.420)
984.308	1.959.583	(844.932)	1.114.651	(5.233)	1.109.418
(81.764)	(482.685)	67.469	(415.216)	22.706	(392.510)
902.544	1.476.898	(777.463)	699.435	17.473	716.908
(30.160)	(221.376)	(3.809)	(225.185)	(17.473)	(242.658)
872.384	1.255.522	(781.272)	474.250	-	474.250
-	-	-	-	-	2.350
-	-	-	-	-	471.900